

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA****RESPOSTA PARECER JURÍDICO N.º 853/2022****A) Da utilização do pregão.**

Ressaltamos que esse procedimento segue a lei 8.666/1993. Tendo em vista a recomendação sobre a utilização do Pregão e suas exigências para realização dos certames públicos referentes à contratação de bens ou serviços comum, e no intuito de aclarar o conceito de "bens ou serviços comum", o legislador e a jurisprudência majoritária tratou de especificar as principais características do binômio, nos seguintes termos:

"(...) aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

Trazendo à baila de forma técnica, o doutrinador Joel de Menezes Niebuhr¹ elucidou ainda mais a questão, certo de que sua posição é dominante quando da opção pela administração pública em contratar bens ou serviços pela modalidade pregão:

"Bem e serviço comum são aqueles que possam ser definidos no edital por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado, sem que variações de ordem técnica eventualmente existentes entre os bens e serviços ofertados por diversos fornecedores que atendam a tais especificações objetivas sejam importantes ou decisivas para a determinação de qual proposta melhor satisfaz o interesse público e desde que a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afete a análise da qualidade do objeto licitado ou importe prejuízos ao interesse público."

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes - *Licitação Pública e Contrato Administrativo* - 4ª Edição

- Editora Fórum: Belo Horizonte, 2015.

Pois bem, há anos a administração pública municipal em todo o país vem instituindo o pregão como meio de contratação para decoração de Natal em vias, praças e prédios públicos, tendo em vista a objetividade da especificação dos itens e serviços, que mediante orçamentos e estudos prévios, conseguem traduzir não só a clareza das características do objeto licitado (dimensões, insumos, qualidade e execução), mas principalmente configurações usuais do mercado que norteia tal produto/serviço, sem variação ou alternância de ordem técnica, o que



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

permite a diversos fornecedores apresentarem valores ou lances compatíveis com a capacidade de execução do objeto licitado.

Por tais razões, tem-se que ao contrário de máquinas específicas, bens de produção individual e/ou serviços específicos para certos segmentos, a **decoração natalina é caracterizada como "bem ou serviço comum"** a partir do momento que suas especificações permitem a execução por toda e qualquer pessoa jurídica que atende ao segmento de decorações em geral, eventos e iluminação, não restringindo a um ou outro pela especificação técnica comumente exigida, o que resulta em enorme vantagem ao erário público a tomada de lances para execução do fim específico.

Em relação ao Município de Nova Lima/MG, o próprio histórico de contratações públicas para decoração natalina nos permite concluir que a modalidade eleita, além de eficiente para atingir o objetivo, foi eficaz ao permitir a livre concorrência entre os interessados, que em momento algum impugnaram a forma da contratação, estando todos aptos a entender as condições e ofertar propostas compatíveis com o bojo a ser contratado.

Sendo assim, entende-se que o pregão é a contratação mais vantajosa para a administração pública municipal e é permitida quando o objeto for comum.

Dito isso, informo que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos no edital e as especificações são usuais de mercado por qual esta Secretaria de Cultura é, tecnicamente, responsável por tal declaração. Todos os serviços informados e descritos com suas especificidades são serviços comuns.

B) Do parcelamento do objeto.

Quando da vigência da legislação licitatória pregões presenciais ou eletrônicos promoviam o julgamento da melhor proposta mediante análise do valor por item, diante da possibilidade de permitir a livre concorrência e o menor preço para aquisição de bens ou serviços, que no conjunto resultava no favorecimento do erário público.

Porém, o critério supracitado também resultava no conflito de qualidade e modos de execução que se confrontam no contrato administrativo, haja vista por exemplo, o cumprimento integral das diretrizes editalícias por parte de alguns licitantes vencedores, e o descumprimento parcial por parte de outros, para o mesmo objeto, gerando impacto negativo não só na contratação mas na finalização e entrega do objeto completo licitado.

Por não se tratar de Registro de Preços, mas sim a contratação para execução direta de bens e serviços comuns, a modalidade da oferta de lances por item não se mostra plausível para o objeto licitado, por afrontar o permissivo legal vigente e, principalmente, visando instituir padrão de qualidade, técnica e execução do objeto diante do atendimento aos requisitos e diretrizes do edital.



000177

177

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

No julgamento por valor global, os próprios licitantes formulam lances compatíveis com a capacidade e possibilidade de execução do objeto licitado, cabendo aos interessados calcular descontos nos itens avulsos por critério próprio, adotando cautela para não caracterizar valores inexequíveis sob o bem ou serviço a ser realizado.

Tal medida possibilita não só a límpida contratação do vencedor ofertante do menor preço, mas também a perfeita execução pela pessoa jurídica arrematante do certame, afastando desta forma eventual risco de dano ao erário público, seja sobre o quantitativo ou sobre qualitativo licitado.

Então, em cumprimento à legislação vigente e ao melhor interesse da administração pública municipal, o critério de julgamento por menor preço global é medido que se impõe.

C) Descrição dos itens

O instrumento convocatório atendeu às exigências da legislação vigente, ao promover especificação dos itens licitados para não só elucidar as diretrizes de execução do objeto licitado, mas principalmente para afastar eventuais impugnações ao certame.

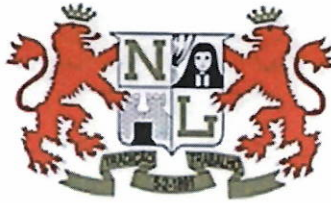
D) Da elaboração/formação de média de preços.

Os preços foram instituídos mediante análise prévia de 3 orçamentos apresentados por empresas que atuam no segmento licitado a fim de refletir os valores praticados no mercado, em estrito cumprimento à boa fé objetiva e ao Princípio da Legalidade. Além disso, as propostas comerciais apresentadas estão com indicação dos preços unitários e global.

E) Da exigência de amostras.

Como exposto no item VII da justificativa apresentada, as amostras exigidas **se limitam aos bens** (insumos, materiais, etc.) **licitados**, não recaindo tais exigências sobre croqui, projetos ou planos de trabalho. Justificamos ainda que devido ao alto valor contratual e o fato de que, caso excluíssemos a necessidade de amostras, a municipalidade poderia ser surpreendida com a falta de qualidade dos materiais a serem instalados o que impossibilitaria, devido ao exíguo prazo entre de montagem que providências corretivas fossem tomadas. Nesta seara, deve prevalecer a cautela da verificação da necessidade de se averiguar a qualidade dos itens com antecedência.

A
F.3



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Abaixo segue a indicação de diretrizes para realização do procedimento de avaliação das amostras:

1. DAS AMOSTRAS

- 1.1. O licitante vencedor da disputa de lances deverá encaminhar amostra dos materiais em LED de todos os itens, exceto: 6,00; 10,00; 12,00; 14,00; 19,00; 20; 21,00; 22,00; 28,00; 34,00; 36,00; 42,00; 54,00; 56,00; 62,00 e 64,00 nos quais não apresentam material em LED, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, após o término da sessão pública do Pregão, para análise e conferência, em embalagem original, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente edital, devidamente lacrada e etiquetada, com o número do lote, nome da empresa e número do procedimento licitatório.
- 1.2. Em caso de não apresentação da amostra ou desclassificação da amostra da empresa declarada vencedora, será convocada a segunda classificada para apresentação de sua amostra, sendo lavrada Ata circunstanciada dessa eventual desclassificação.
- 1.3. As amostras solicitadas devem ser apresentadas em embalagens individuais, devidamente identificadas para: a comissão de servidores designada especialmente para este fim. A entrega das amostras é obrigatória para a empresa declarada vencedora, ou seja, a empresa que não apresentar as amostras solicitadas no prazo disposto no item anterior ou que na apresentação, suas amostras não estejam de acordo com as especificações – segundo análise de Comissão designado para análise das mesmas - serão desclassificadas.
- 1.4. As amostras serão analisadas pela a comissão de servidores designada especialmente para este fim ou por eles indicados e acompanhada pelo Pregoeiro e demais membros da Equipe de Apoio;
- 1.5. Será permitido o acompanhamento de representante da licitante vencedora, inclusive os demais licitantes que participaram do certame, no acompanhamento do procedimento de avaliação da amostra;
- 1.6. A avaliação consistirá na verificação e comprovação se o produto ofertado atende as especificações contidas no edital, podendo inclusive efetuar testes de utilização e verificação das medidas, características, rotulagem, tensão, potência, cor, configuração elétrica, bem como demais condições solicitadas em edital;
- 1.7. As amostras não deverão ser descontadas em valores dos produtos a serem fornecidos, uma vez que ficarão à disposição da comissão de



000178

178

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

servidores designada especialmente para este fim para os testes necessários;

- 1.8. As amostras aprovadas serão catalogadas e fotografadas e servirão de parâmetro no recebimento dos produtos. Após a análise será efetuado relatório fotográfico das mesmas podendo a critério da comissão de servidores designada especialmente para este fim ser utilizada para testes (abertura e utilização das mesmas para conferência da qualidade);
- 1.9. As amostras reprovadas permanecerão à disposição dos licitantes para sua retirada durante o período de 05 (cinco) dias úteis. Após este período, as amostras serão descartadas;
- 1.10. O relatório fotográfico com as amostras aprovadas fará parte do procedimento licitatório e ficará a disposição do Departamento de Contrato e Licitações - DPCL, para que durante o período de vigência do Contrato sirva de parâmetro no recebimento dos produtos.
- 1.11. A Comissão poderá fazer uma diligência nas dependências do vencedor para atestar e verificar a qualidade dos demais itens.

Nova Lima, 04 de outubro de 2022.

Leonardo Ângelo Costa Ribeiro
Secretário Municipal de Cultura e Turismo
Nova Lima - MG

Oliver Rodrigues dos Santos
Assessor IV - Mat. 17.240

EM BRANCO

Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

EMENTA: APROVAÇÃO DE MINUTA DE EDITAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 414/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2022 - OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ELABORAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO (MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM) - DECORAÇÃO ORNAMENTAL E ILUMINAÇÃO DE NATAL 2022, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA (SEMC).

Senhor Diretor,

Trata-se de parecer referente à análise prévia dos aspectos jurídicos da minuta de edital e seus anexos, prescrita no art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, na Modalidade Pregão Presencial contratação de empresa especializada no serviço de elaboração, planejamento e execução (montagem, manutenção e desmontagem) da decoração ornamental e iluminação de natal 2022, tendo este Parecer, portanto, o escopo de assistir a Administração Municipal no controle da legalidade dos atos administrativos praticados na elaboração do edital.

Os autos foram regularmente autuados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos:

- Certidão de autuação assinada pelo DPCL (fl.01);
- Documento denominado: Autorização de Instauração de Processo de Compras (fls. 02/03)
- Justificativa assinada pelo Secretário Municipal de Cultura (SEMC) (fls. 03/07);
- Memorando de solicitação de compra nº 0575/2022; Anexo II - Especificação Técnica e Proposta Financeira; Anexo III - Estimativa de Impacto Orçamentário; Declaração De Dotação Orçamentária e Financeira (fls. 08/23);
- Nota de Reserva nº 7171/2022 (fl. 23v);



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- PARECER JURÍDICO -

Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

- Espelho de pedido (fls. 24/32);
- Planilha de Custos dos Fornecedores Sintético (fls. 33/47);
- Orçamentos apresentados pelas empresas: AA Distribuição e Importação de Artigos de Decoração Ltda.; VAAC Indústria, Comércio e Serviço Eireli; LT Decorações Ltda. (fls. 48/76);
- Termo de Referência assinado pelo Secretário da SEMC (fls. 77/87);
- Documento denominado: Checklist de Documentos – Pregão (fls. 88/89);
- Comunicação Interna nº 268/2022 De SEMC para DPCL (fls. 90)
- Cópia email - assunto: Re: Edital de montagem e desmontagem de iluminação de Natal pedido 575/2022 (fls. 91/98);
- Portarias nº 1.740, 1.763 e 1.759 (fls. 99/101);
- Edital – Processo Licitatório nº 414/2022 / Pregão Eletrônico nº 91/2022 e anexos (fls. 102/132);
- Despacho assinado pelo Diretor do DPCL (fl. 133);
- Correção Técnica nº 853/2022 (fls. 134/137);
- Documento denominado: Resposta ao Parecer Jurídico nº 853/2022 (fls. 138/140v);
- Cópia do e-mail: Re: Edital de montagem e desmontagem de iluminação de Natal pedido 575/2022 (fls. 141/142);
- Edital – Processo Licitatório nº 414/2022 / Pregão Eletrônico nº 91/2022 e anexos (fls. 143/174);
- Comunicação Interna nº 1294/2022 de DPCL para PROJU;

Com o breve relatório, passamos à emissão do parecer.

Cumpre-nos destacar que o presente parecer limitar-se-á a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica prescrita pela Lei de Licitações e pela Lei nº 10.520/2002, não se imiscuindo o parecerista no juízo de





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- PARECER JURÍDICO -

000180

Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, econômica ou administrativa, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente da Administração, por se tratarem de atos ilegítimos e estranhos à atuação desta Procuradoria.

Neste sentido, é a lição doutrinária:

O exame a ser procedido pela assessoria deve ser jurídico stricto sensu. Não é adequado que o assessor jurídico, no manejo de sua competência técnica específica, pretenda aventurar-se em outras searas, expondo motivos pertinentes à expertise do objeto da licitação ou quanto a critérios técnicos de composição dos custos e execução do contrato. O jurista só pode analisar os aspectos jurídicos do instrumento convocatório. (MOREIRA, Egon Bockman. GUIMARÃES, Fernando Vernalha. 2ª ed. A Lei Geral de Licitação - LGL e o Regime Diferenciado de Contratação - RDC. São Paulo: Método, 2015. P. 262.)

Feitas estas considerações, passamos à análise daquilo que nos é pertinente.

De acordo com o art. 38 da Lei nº 8.666/93, o procedimento de licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva da autoridade competente.

Por seu turno, o Art. 3º da Lei nº 10.520/2002 determina que na fase preparatória do pregão deverá ser observado o seguinte:

- ✓ A competente justificativa sobre a necessidade de contratação;
- ✓ A definição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
- ✓ O orçamento elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados;
- ✓ As exigências de habilitação;





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- PARECER JURÍDICO -

Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

- ✓ Os critérios de aceitação das propostas;
- ✓ As sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato;
- ✓ A fixação dos prazos para fornecimento; e
- ✓ A designação, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, do pregoeiro e respectiva equipe de apoio.

Com amparo nos regramentos citados, caberá aos responsáveis pela realização do processo licitatório e pela contratação, a observância dos requisitos procedimentais elencados acima.

Em se tratando de certame realizado por meio da modalidade Pregão, a Lei nº 10.520/2002, mais especificamente no Parágrafo Único de seu artigo 1º, leciona que são considerados **bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital**, sendo que o enquadramento do objeto da licitação como de natureza “comum”, por sua vez, implica em análise da Administração para enquadrá-lo como tal, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade, deverão estar objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

É importante destacar que a utilização da modalidade Pregão não é incompatível com objetos de natureza complexa, bastando para tanto que os **“padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”**.

Neste particular, colacionamos excerto da Denúncia 932826, no qual a Unidade Técnica do TCE/MG destacou orientação jurisprudencial, manifestando-se acerca da utilização da modalidade pregão nos seguintes termos:

O administrador público, ao analisar se o objeto do pregão enquadra-se no conceito de bem ou serviço comum, deverá considerar dois fatores: os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital? As especificações estabelecidas são usuais no mercado? Se esses dois requisitos forem atendidos o bem ou serviço poderá ser licitado na modalidade pregão. A verificação do nível de especificidade do objeto constitui um ótimo recurso a ser utilizado pelo administrador público na identificação de um bem de natureza comum.





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- PARECER JURÍDICO -

000181

Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

*Isso não significa que somente os bens pouco sofisticados poderão ser objeto do pregão, ao contrário, **objetos complexos podem também ser enquadrados como comuns.1** (destaque!).*

Diante do acima exposto, verifica-se que o Departamento de Contratos e Licitações e a Secretaria Municipal De Cultura (SEMC), através de seus poderes discricionários e por serem os órgãos técnicos responsáveis, adotaram a modalidade licitatória Pregão Eletrônico para eventual contratação de empresa especializada no serviço de elaboração, planejamento e execução (montagem, manutenção e desmontagem) da decoração ornamental e iluminação de natal 2022.

Sendo assim, observamos constar autorização e justificativas apresentadas pelo Secretário de Cultura para abertura de processo licitatório para aquisição do objeto pretendido, com o objetivo de atender aos requisitos da Lei 8.666/93 (fls. 04/07).

No que se refere às justificativas acerca da necessidade da contratação, extrai-se da legislação de regência tratar-se de ato atribuído à autoridade competente, ou, por delegação de competência, ao ordenador de despesa ou, ainda, ao agente encarregado da contratação no âmbito da Administração, a quem cabe indicar os elementos técnicos fundamentais aptos a justificar o interesse da contratação.

Já em relação à necessidade de realização de orçamentos do objeto a ser licitado, que é de responsabilidade do órgão ou entidade promotora da licitação, conforme se verifica dos documentos que instruem o presente processo, foram anexadas cópias de orçamentos para a apuração do valor médio de mercado para o objeto em licitação, definidos os valores pela Secretaria requisitante de acordo com a **Declaração de Adequação Orçamentária** na ordem de **R\$ 1.852.869,35** (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

É pertinente trazer à colação o posicionamento do Tribunal de Contas da União sobre a forma de realização de cotações de preços para apuração do valor de mercado, no sentido de que as **cotações devem representar a realidade**





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- PARECER JURÍDICO -

Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

atual do mercado e serem realizadas em fontes diversificadas, conforme entendimento, no Acórdão 868/2013, TC 002.989/2013-1, no dia 10.04.2013:

A estimativa de preços exigida para deflagração de procedimentos licitatórios pode ser realizada a partir de consultas a fontes variadas, como:

- fornecedores,
- licitações similares,
- atas de registros de preço, contratações realizadas por entes privados em condições SEMChantes, entre outras.

Os valores obtidos por meio dessas consultas que sejam incapazes de refletir a realidade de mercado devem ser desprezados sob pena de comprometer a seleção de proposta vantajosa para a entidade contratante.

Ainda sobre o tema, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2637/2015 – Plenário, **concluiu que não se deve considerar para fins de elaboração de mapa de cotações de preços as informações relativas a empresas cujos preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, conseqüentemente, no valor máximo a ser aceito no julgamento das propostas de preços.**

Portanto, há a necessidade de que a pesquisa de preços seja realizada da maneira mais ampla possível, de modo a verificar a compatibilidade das propostas que serão apresentadas no certame com os preços praticados para o objeto em licitação, *razão pela qual compete ao setor responsável pela colheita dos orçamentos garantir o balizamento de preços em valores obtidos por meio de pesquisa de mercado, desprezando eventuais orçamentos/valores incapazes de refletir a realidade, sob pena de comprometer a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração.*

Sobre a análise das definições técnicas do objeto previstas no Termo de Referência elaborado pela Secretaria requisitante, salientamos que o mesmo é documento predominantemente técnico, motivo pelo qual nos absteremos de qualquer análise e considerações, nos limitando aos aspectos jurídico-formais das minutas do edital e minutas da Ata de Registro de Preços e do Contrato,



Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

ressaltando apenas a necessidade de constar no edital/anexos a definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

Ainda quanto à fase interna do certame, a Procuradoria elaborou a 853/2022 (fls. 134/137) apontando algumas considerações quanto a opção pela modalidade pregão, sobre a descrição dos itens, elaboração / formação de média de preços e da execução dos serviços, se manifestando o Secretário Municipal de Cultura, através do documento denominado resposta ao Parecer nº 853/2022 (fls. 138/140v).

Cumpre-nos destacar que o presente parecer tem o escopo de assistir a Administração Municipal no controle da legalidade dos atos administrativos, **limitando-se a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica prescrita na Lei nº 8.666/93 e alertar o gestor, não se sobrepondo à decisão deste e não se imiscuindo o parecerista no juízo de conveniência e oportunidade dos atos praticados, ressaltando que as manifestações do Secretário Municipal de Cultura estão inseridas na competência dos seus atos de gestão e conhecimento técnico do objeto do contrato.**

Quanto às cláusulas que compõem o edital, o art. 3º, inciso I da Lei nº 10.520/2020 estabelece que a autoridade competente definirá as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções para os casos de inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para a prestação dos serviços.

Destacamos também a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 às licitações realizadas na modalidade Pregão, que disciplina em seu art. 40 as exigências para a elaboração do edital, como forma de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- PARECER JURÍDICO -

Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

No que tange ao tipo de julgamento, verifica-se que o presente certame realizar-se-á adotando-se o TIPO "MENOR PREÇO", critério de julgamento "PREÇO GLOBAL".

Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União tem se manifestado da seguinte forma:

Entendo que o fato de se realizar licitação por lote e não por itens, por si só, não afronta diretamente o caráter competitivo do certame licitatório, desde que os itens constantes de determinado lote guardem correlação entre si, ou seja, sejam da mesma natureza e similaridade, de forma que possam ser cotados por licitantes diversos. No entanto, mesmo nesse caso, a opção em se licitar por lote e não por item deve estar devidamente justificada nos autos do procedimento licitatório, ou seja, deve-se demonstrar que a licitação por lote é a que melhor atende ao interesse público, além de ser a mais vantajosa sob o ponto de vista econômico, o que não ocorreu no caso do Convite 01/2008." (Acórdão 397/2011 - Plenário) (grifos acrescidos).

SÚMULA Nº 247

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Em regra, o julgamento deverá observar o valor unitário, admitindo-se excepcionalmente a adoção de julgamento pelo valor GLOBAL, mediante justificativa nos autos do procedimento licitatório, com o objetivo de demonstrar que a licitação pelo preço GLOBAL é a que melhor atende ao interesse público, além de ser a mais vantajosa sob o ponto de vista econômico.

Em manifestação anterior sobre as cláusulas que compõem o edital, foram feitos os apontamentos sobre a adjudicação do objeto pelo menor preço GLOBAL, por meio do Parecer de Correção Técnica nº 853/2022.

A opção de adjudicação do objeto pelo menor preço GLOBAL foi justificada nos autos do procedimento licitatório pelo Secretário Municipal de Cultura (fls. 138v e 139v). Na justificativa da contratação o Secretário da SEMC afirma que:





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- PARECER JURÍDICO -

000183

Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

(...) Tal medida possibilita não só límpida contratação do vencedor ofertante do menor preço, mas também a perfeita execução pela pessoa jurídica arrematante do certame, afastando desta forma eventual risco de dano ao erário público, seja sobre o quantitativo ou sobre qualitativo licitado.

Concluindo que "(...) em cumprimento à legislação vigente e ao melhor interesse da administração pública municipal, o critério de julgamento por menor preço global é medido que se impõe".

Com fundamento nas manifestações colacionadas, temos que o Secretário Municipal de Cultura justificou tecnicamente a definição do edital referente ao julgamento pelo menor preço GLOBAL.

Considerando que a manutenção da exigência além de ser uma decisão técnica, apresenta-se ato de gestão, não cabe a esta Procuradoria interferir no juízo de oportunidade e conveniência do gestor público, assim, passamos à análise dos demais elementos processuais.

Noutro norte, identificou-se no edital e anexos a exigência de amostras o que poderiam restringir a competitividade, o que também foi objeto questionado no Parecer de Correção Técnica nº 647/2022.

Neste sentido, sobre esta exigência é importante esclarecer que conforme manifestações do Tribunal de Contas de Minas Gerais e Tribunal de Contas da União, **quando necessário a exigência de apresentação de amostras dos licitantes vencedores, deverá ser justificada na fase interna do processo, com previsão no edital das diretrizes para realização do procedimento de avaliação de amostras**, como forma de se assegurar os princípios da publicidade, do julgamento objetivo, da isonomia e segurança jurídica.

O TCE/MG na Cartilha "Principais irregularidades encontradas em editais de licitação" cita:

A exigência de amostras ou protótipos objetiva averiguar as características do produto ofertado com as especificações estabelecidas no ato convocatório da licitação, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade do objeto licitado, o que fortalece a aplicação do princípio da eficiência da Administração Pública. Logo, uma vez imposta a exigência de amostras ou protótipos, as condições para análise devem estar previstas no ato convocatório e não podem ter critérios subjetivos e nem ficar ao livre arbítrio dos membros da Comissão de Licitação.





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- PARECER JURÍDICO -

Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

No mesmo sentido, o TCU na Nota Técnica nº 04/2009 - Sefti / TCU - versão 1.0:

VI.4 Das diretrizes para realização do procedimento de avaliação de amostras:

91. Considerando a possibilidade, quando necessário, de previsão da avaliação de amostras, reputa-se interessante comentar algumas diretrizes que o instrumento convocatório deve prever para se assegurar os princípios da publicidade, do julgamento objetivo, da isonomia e segurança jurídica, de sorte que deve conter, pelo menos, os itens a seguir.

[...]

a. Prazo adequado para entrega da amostra pelo licitante;

b. A possibilidade e a forma de participação dos interessados, inclusive dos demais licitantes, no acompanhamento do procedimento de avaliação da amostra;

c. A forma de divulgação, a todos os licitantes, do período e do local da realização do procedimento de avaliação de amostras e do resultado de cada avaliação;

d. O roteiro de avaliação, detalhando todas as condições em que o procedimento será executado, além dos critérios de aceitação da amostra e, consequentemente, da proposta do licitante;

e. Cláusulas que especifiquem a responsabilidade do ente contratante quanto ao estado em que a amostra será devolvida e ao prazo para sua retirada após a conclusão do procedimento licitatório.

(grifos acrescidos)

Assim, quanto à exigência de **amostras**, o Secretário Municipal de Cultura esclareceu no item "E) Da exigência de amostras" da resposta à Correção Técnica supramencionada (fls. 139v/141v).

Assim, observa-se que de acordo com os argumentos expostos, o Secretário Municipal de Cultura, restou justificado a necessidade da apresentação de amostras nos termos constantes no edital, para os itens que solicita.

Por fim, após diligência o Secretário da SEMC atestou a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 (fls. 176/178).

Cumpre-nos registrar o caráter técnico que reveste as manifestações desta natureza, razão pela qual, os argumentos apresentados não foram objeto de análise desta Procuradoria.

Salientamos que na análise das cláusulas integrantes do edital, observamos o cumprimento das diretrizes legais, de forma a permitir que o certame seja realizado e julgado em estrita conformidade com os princípios básicos que regem as licitações públicas.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- PARECER JURÍDICO -

Destinatário: Departamento de Contratos e Licitações (DPCL) Parecer	Data: 04/10/2022	Nº: 898/2022
--	----------------------------	------------------------

Já em relação à minuta do contrato, com base na previsão do art. 55 da Lei de Licitações, que elenca as cláusulas que deverão compor os contratos administrativos, observo na minuta que integra o edital, as cláusulas necessárias a regular os eventuais contratos que poderão ser firmados entre a Administração e a empresa licitada.

Diante da análise das minutas do edital e do Contrato, com amparo nos dispositivos mencionados, no que se refere às questões jurídicas observadas nos termos do Parágrafo Único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e do art. 3º da Lei nº 10.520/2002, não incluídos os elementos técnicos pertinentes ao certame, como também aqueles de ordem financeira, administrativa ou orçamentária, observa-se o atendimento aos mandamentos pertinentes, de modo a demonstrar a regularidade das mesmas.

Cumpre-nos, por oportuno, registrar a necessidade de observância do já citado Art. 38 da Lei nº 8.666/93 para a instrução do Processo Licitatório, **lembrando que o processo deverá ter suas páginas numeradas e todos os atos deverão constar data, local e assinatura da autoridade responsável.**

Diante do exposto, resguardado ao gestor público o poder discricionário quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, com relação às minutas do Edital e do Contrato trazidas à colação para análise, opino pelo atendimento dos elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, estando aptas a serem utilizadas, motivo pelo qual encaminhamos o edital visto.

É o parecer.

Nova Lima, 04 de outubro de 2022.

CLEIDE CRISTIANE
TIBURCIO:015528636
62

Assinado de forma digital por
CLEIDE CRISTIANE
TIBURCIO:01552863662
Dados: 2022.10.04 18:56:10 -03'00'

Cleide Cristiane Tibúrcio

Assessora Jurídica de Licitações e Contratos

OAB/MG 143.676



EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

PUBLICAÇÕES DE EDITAIS DE PREGÃO

Aviso de Licitação

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Eletrônico nº 91/2022**. **Objeto:** Contratação de empresa especializada no serviço de elaboração, planejamento e execução (montagem, manutenção e desmontagem) - decoração ornamental e iluminação de Natal 2022, para atender demanda da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Nova Lima. Data de realização **20/10/2022 às 09:00 h**. O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br**, em **Portal da Transparência/Publicações**. Nova Lima, 07 de outubro de 2022. A Pregoeira.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico, para os devidos fins, que o extrato da minuta do (☒) edital (☐) contrato (☐) aditivo (☐) outro nº 91 / 22, foi devidamente afixado no mural localizado na entrada da Prefeitura Municipal de Nova Lima, de modo a dar publicidade, nos termos do art. 216 da Lei Orgânica do Município. Certifico, ainda, que a íntegra do documento foi publicada no Portal da Transparência no sítio oficial da Prefeitura. Nova Lima 07/10/22

Nome:

Mat:

EM BRANCO

FM BRANCO

EM BRANCO

Impugnação edital - Nova Lima (iluminação natalina)

000188

De : financeiro AgeGroup
<financeiro@agegroup.com.br>

seg., 17 de out. de 2022 16:18

 6 anexos

Assunto : Impugnação edital - Nova Lima (iluminação natalina)

Para : pregao eletronico
<pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br>, Paulo
AgeGroup <paulo@agegroup.com.br>, Renan
AgeGroup <renan.correa@agegroup.com.br>

Prezados, boa tarde!

Segue em anexo a impugnação ao edital de licitação decorrente do Processo Licitatório nº 414/2022, Pregão Eletrônico nº 91/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no serviço de elaboração, planejamento e execução (montagem, manutenção e desmontagem) - decoração ornamental e iluminação de Natal 2022, para atender demanda da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Nova Lima."

Att,


Cristiana Pereira
Financeiro AGE
Tel: 31-25165888

 **A - Contrato Social (1).pdf**
454 KB

 **CNH Paulo nova.pdf**
230 KB

 **D - 3ª Alteração Contratual.pdf**
953 KB

 **Impugnação.pdf**
3 MB

 **C - 2 Alteração Contratual.pdf**
400 KB

 **B - 1ª Alteração Contratual.pdf**
616 KB

EM BRANCO

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
NOVA LIMA– ESTADO DE MINAS GERAIS**

Pregão Eletrônico nº. 91/2022

Processo de Licitação nº. 414/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada no serviço de elaboração, planejamento e execução (montagem, manutenção e desmontagem) - decoração ornamental e iluminação de Natal 2022, para atender demanda da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Nova Lima

A empresa **AGE – Vigilância e Segurança Patrimonial LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.091.715/0001-01, com sede na Av. Amazonas, nº 3393, bairro Barroca, município de Belo Horizonte/MG, , vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seu representante legal, Paulo Roberto de Miranda, inscrito no CPF sob o nº 666.691.706-53, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

bem como as razões da impugnação frente ao edital do Processo Licitatório nº 414/2022, consubstanciado nos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I – DOS FATOS

A empresa qualificada no presente instrumento possui interesse em participar do presente processo licitatório cujo objeto foi acima descrito, haja visto que possui expertise para a execução de parte dos serviços a serem contratados.

Ocorre, que ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que o edital prevê em seu item 8.18, o critério de julgamento como sendo o de **MENOS PREÇO GLOBAL**:

CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS E EMPATE FICTO

8.18 – O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO GLOBAL, conforme definido neste Edital e seus anexos.

EM BRANCO

Entretanto, nota-se que tal previsão, no âmbito do presente edital, causa significativa limitação ao princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, haja vista o grande e irregular agrupamento de itens distintos em um mesmo lote, não sendo vantajoso à administração pública, tendo em vista a baixa probabilidade de que se encontre uma empresa que forneça todos os itens elencados, e detrimento da participação de potenciais e especializados fornecedores de itens/serviços.

II – DO MÉRITO

II.1 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO GLOBAL

É preciso esclarecer que de fato, quando se tratam de objetos complexos, distintos e divisíveis cabe, como regra, a realização de licitação por itens ou lotes, conforme está previsto no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/931, de modo a possibilitar maior participação e competitividade no certame.

Nessa esteira, de forma, a nosso ver, incorreta, a Administração Pública estabeleceu no edital regramento de concorrência injusta, possibilitando que somente uma empresa consiga toda a prestação de serviço relativa ao objeto.

Agindo de forma desarrazoada e desproporcional, verifica-se que restou estabelecido no Anexo I, a contratação de segurança para vigília dos enfeites natalinos no período noturno por mais de 2(dois) meses.

A impugnante possui bastante interesse na prestação de serviço sobre esse referido item (segurança), mas infelizmente, está impossibilitado de licitar por conta de que o serviço veio inserido incorretamente, e **sem qualquer justificativa**, em um lote único para toda a licitação.

Importante é, que a Administração fique atenta ao Princípio da motivação que, segundo Di Pietro (2020), **“exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões”**. Tal noção é extremamente relevante para o caso em tela, pois, a motivação é uma obrigatoriedade a todo e qualquer tipo de ato, sendo, pois, uma formalidade necessária para garantir que se exerça devidamente o controle de legalidade dos atos administrativos.

Nesse sentido, é preciso apontar que todos os atos administrativos devem seguir princípios e normas específicas, haja vista o dever-poder conferido ao administrador. Os atos administrativos devem ser fundamentados e justificados, sobretudo, para fins de controle.

BRANCO

Nesse aspecto, Dessa forma, a Administração deve analisar a pertinência e a viabilidade pratica dos procedimentos a serem adotados, oportunizando a contratação mais vantajosa sobre todos os aspectos (econômico, operacional, finalístico, etc.).

Como é de conhecimento do douto Departamento de Licitações e Contratos do município, **a regra geral é a divisão de objetos por itens**, sendo obrigatório que a administração demonstre seus fundamentos e justificativas sempre que a realização de determinado certame não se dê da forma definida em lei, ocorrendo por lotes ou de forma global(exceção à regra), indicando sobretudo, qual a vantagem dessa escolha, haja vista a drástica diminuição da competitividade ocasionada pelo aglutinamento de itens distintos.

Ademais, vale esclarecer que difícilmente haverá uma única empresa que forneça todos os equipamentos englobados de uma só vez, já que são incompatíveis, comportando, portanto, **plena divisibilidade sem comprometimento ao objeto**, muito pelo contrário, a divisibilidade acarretará em benefício para esta Administração, **uma vez que evitaria certames fracassados, ou até mesmo desertos**, assim, **ampliando** a participação de empresas, vez que se dedicam a apenas alguns dos serviços, uma vez especializadas, assim, nítido que a junção de itens autônomos e distintos em um mesmo lote, data vênua, ofende a competitividade e a busca pela melhor proposta.

Ainda, a permanência de itens autônomos em um único lote acaba por infringir a imposição do artigo 5º, parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005 que regulamenta o pregão eletrônico, in verbis:

"Art. 5º [...] Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação".

Assim, não sendo esta opção adotada justificada de maneira objetiva e congruente, resta ao Órgão realizador do certame que proceda o desmembramento das categorias que englobam um lote apenas, por se tratar objetos muito diversos entre si, e a divisão trará benefício a esta administração, pois atrairá empresas especializadas em seus ramos de atividades, por conseguinte ampliando a competitividade e menor preço.

Sobre o assunto, ensina o Renomado Doutrinador Marçal Justen Filho:

"Nos termos do princípio geral considerado no art. 23, §1º, aplica-se a regra da preferência pelo fracionamento da contratação, quando isso for possível e representar vantagem

EM BRANCO

para a administração. O fracionamento visa ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que o menor porte das aquisições ampliaria o universo da disputa."

Este entendimento é corroborado, por exemplo, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que prevê:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. EDITAL DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. AUSÊNCIA DO PARCELAMENTO DO OBJETO POR ITENS OU LOTES. RESTRIÇÃO À AMPLA CONCORRÊNCIA. EXIGÊNCIA DE QUE O RESPONSÁVEL TÉCNICO INTEGRE O QUADRO PERMANENTE DA LICITANTE NO MOMENTO DA PROPOSTA. IRREGULARIDADE. EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. RESTRIÇÃO À AMPLA CONCORRÊNCIA E COMPETIVIDADE. AUSÊNCIA DE AMPLA PESQUISA DE PREÇOS. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS AO INVÉS DA REMUNERAÇÃO DO CONTRATADO POR MEIO DE VALOR FIXO MENSAL. AUSÊNCIA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDÍVEL PARA OS LICITANTES. IRREGULARIDADE DO PREGÃO. MULTA. 1. *A opção da Administração de não parcelar o objeto, de acordo com as previsões da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu art. 23, § 1º, ausentando-se de elencar reais motivos que determinem a indivisibilidade do objeto, que comprovem a viabilidade técnica e econômica, culminam em restrição à ampla concorrência, ferindo a previsão legal.* 2. *É irregular a exigência de que o responsável técnico integre o quadro permanente da licitante no momento da proposta.* 3. *O ato convocatório deve ater-se à enumeração legal da Lei de Licitações e Contratos Administrativos por meio do disposto em seus arts. 27 a 31, a fim de que não seja exigida a apresentação de documentos abusivos e desnecessários que provoquem restrição à ampla concorrência e competitividade.* 4. *É necessária a demonstração de fontes alternativas de pesquisa de preços nas contratações públicas.* 5. *A utilização do sistema de registro de preços sem justificativa fundamentada constitui prática não recomendada em relação a serviços eventuais, incertos e imprevisíveis, e, ainda, serviços públicos rotineiros, de caráter essencial, que não podem sofrer condição de descontinuidade.* (TCE-MG - DEN: 944814, Relator: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de Julgamento: 14/12/2017, Data de Publicação: 09/02/2018)

Mais do que contrariar leis ordinárias, frustrar o caráter competitivo do edital atenta contra a própria Constituição da República:

Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure

EM BRANCO

igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Vale mencionar ainda que o Colendo Tribunal de Contas da União decidiu no sentido de que em sendo o objeto da contratação de natureza divisível, deverá se produzir a licitação por itens, conforme se verifica na jurisprudência referida infra:

TCU – Decisão 393/94 do Plenário – “firmar o entendimento, de que, em decorrência do disposto no art. 3º, §1º, inciso I; art. 8º, § 1º e artigo 15, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/1993, é **obrigatória a admissão, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e para alienações, onde o objeto for de natureza divisível**, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam, contudo, **fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade**”.

O artigo 15 inciso IV da Lei 8666/93 também consagra a possibilidade de divisibilidade em itens/lotes, nos seguintes termos:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:[...]IV- **ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.**”

É preciso pontuar que nosso intuito é a de atender da melhor forma a Administração, e lhe ofertar um produto propício para suas consecuições. Sendo assim, pugna-se pelo desmembramento dos itens relacionados aos serviços de vigia/segurança nas praças onde os enfeites serão instalados.

Vale destacar que edital prevê em seu bojo a proibição e punição para aquelas empresas que terceirizarem o serviço, vejamos:

Pag. 21

19.12 – É vedada a subcontratação da totalidade do objeto principal desta licitação.

Pag. 48

EM BRANCO

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa, conforme os percentuais definidos a seguir:

12.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

12.1.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

12.1.2.3. - 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

d) descumprimento de cláusula contratual.

É cediço que a administração não consegue diariamente a execução de serviços de seus inúmeros contratados, o que torna real e plausível as duas teses abaixo elencadas:

Tese 01 – A contratada terceirizará o serviço, considerando que o Município não exercerá (ou conseguirá exercer) a fiscalização com o rigor e presença exigidos no edital para que se impossibilite a terceirização, fazendo com que empresas terceirizadas prestem o serviço indiretamente, onerando o valor da contratação, trazendo prejuízo aos cofres públicos.

Tese 02 – As poucas empresas do mercado que disponibilizam todos estes serviços aglutinados em um só se beneficiarão da pouca concorrência trazida pelo edital, que além de específico para alguns itens, aglutina vários outros serviços gerais tornando restrito o numero de empresas que consigam atender integralmente ao contrato com as especificidades e laudos exigidos, limitando a ampla concorrência de mercado.

Ilustre pregoeiro, em ambos os casos e considerando a falta de justificativa apresentada, a conclusão é a de que o edital não atende aos Princípios e normas da licitação, carecendo, portanto de que seja modificando, com a separação dos itens, principalmente, do relacionado à segurança dos locais enfeitados.

III – DO PEDIDO

Pois bem, por todo o exposto, requer-se o recebimento da presente peça de impugnação, bem como seu provimento para que seja determinada 0a

EM BRANCO

imediate suspensão do Pregão 91/2022, para análise da presente impugnação/esclarecimento.

Requer-se, ainda:

- a) Seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, sendo julgada tempestiva e PROCEDENTE pelo Senhor Pregoeiro;
- b) Que seja totalmente conhecida e provida a presente impugnação, sanando-se os vícios apontados, excluindo-se, via de consequência, o sistema de segurança incluído, incorretamente, de forma global no edital;
- c) A publicação de nova data para realização do pregão, ampliando a participação no certame licitatório;

Outrossim, lastreada nas razões expostas, requer-se retifique o edital, sanando os vícios apontados e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, que seja encaminhado à autoridade superior, em conformidade com a Lei nº 8666/93.

Nestes termos, pede-se deferimento.

Nova Lima/MG, 17 de outubro de 2022.

PAULO ROBERTO DE
MIRANDA:66669170653

Assinado de forma digital por PAULO
ROBERTO DE MIRANDA:66669170653
Dados: 2022.10.17 16:14:56 -03'00'

AGE – Vigilância e Segurança Patrimonial LTDA - ME
PAULO ROBERTO DE MIRANDA
Proprietário

TM BRANCO



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas G

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

000196

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 002 - 08/06/2014 15:34



14/388.090-0

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

31209208282

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J143938743852

Nº DE CÓDIGO
VIAS DO ATO

CÓDIGO
DO EVENTO

QTDE

DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1 002 - ALTERACAO

ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL

2211 1 ALTERACAO DE ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

2244 1 ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

2247 1 ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

BELO HORIZONTE

Local

Nome: **BERNARDINO DE MELLO LOPES**

Assinatura: **[Assinatura]**

Telefone de Contato: **(31) 9771-7065 / (31) 8441-8118**

9 Junho 2014

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

☐

☐

☐

☐

11.06.14
Data

Barbára da Costa Souza Lima
Assinatura do Agente Auxiliar do Comércio
Masp: 4294678-6

DECISÃO COLEGIADA

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

PROTOCOLO: 14/388.090-0

Presider... **AH1288807**



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5288540
EM 11/06/2014
#AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

[Assinatura]
SECRETARIA GERAL

JUCEMG



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282, foi deferido e arquivado sob o nº 5288540 em 11/06/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C151001390689 e o código de segurança KOYL. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2015 por Marinely de Paula Bornfim - Secretária-Geral.

2
7

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA
BECAM – CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA
CNPJ: 14.091715/0001-01

CAROLINE MARTINS. . DE ...ARAUJO, nacionalidade brasileira, fonoaudióloga, casada em regime de bens: comunhão parcial, nº do CPF: 057.930.496-57, documento de identidade MG-11.929.723, SSP, MG, com domicílio e residência à Rua Professor Anibal Mattos, nº 442, APT1202, bairro / distrito Santo Antonio, município Belo Horizonte–Minas Gerais, CEP 30.350-220.

BERNARDO DE MIRANDA LOPES, nacionalidade brasileira, administrador, casado, regime de bens comunhão parcial, nº do CPF: 040.610.606-19, documento de identidade MG-6.095.724, SSP, MG, com domicílio e residência a Rua Professor Anibal Mattos, nº 442, APT1202, bairro / distrito Santo Antonio, município Belo Horizonte – Minas Gerais, CEP 30.350-220.



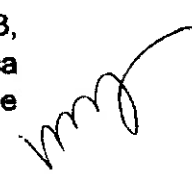
Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada denominada **BECAM – CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA** com sede e domicílio na Rua Raul Pompéia, N°77, Sala: 402 São Pedro, município Belo Horizonte - MG, CEP: 30.330.080, devidamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ: 14.091.715/0001-01, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE: 3120920828-2, resolvem em comum acordo alterar o documento de constituição na melhor forma possível e o faz mediante as seguintes cláusulas:

DAS ALTERAÇÕES
SAIDA DE SOCIO, E CESSÃO DE QUOTAS

Neste ato a sócia devidamente qualificada **CAROLINE MARTINS DE ARAUJO**, detentora de 100 (cem) quotas no valor de R\$ 100,00 (cem) reais, manifestando seu interesse em retirar-se da sociedade, sede e transfere neste ato todas as suas quotas para o sócio **BERNARDO DE MIRANDA LOPES** já qualificado, detentor de 4.900 (quatro mil e novecentas) quotas no valor de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos) reais. Neste mesmo ato o sócio remanescente **BERNARDO DE MIRANDA LOPES** integraliza a quantia de R\$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos) reais equivalente a 34.600 (trinta e quatro mil e seiscentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum) real cada uma, passando a possuir R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos) reais, equivalentes a 39.600 (trinta e nove mil e seiscentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum) real cada uma. A sócia retirante da ao mesmo a plena, geral e irrevogável quitação.

DA ADMISSÃO DE SOCIOS

Neste ato admite-se na sociedade o sócio **PAULO ROBERTO DE MIRANDA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 26/02/1969, portador da carteira de identidade M – 4.069.957 expedida pela SSP/MG e do CPF: 666.691.706-53, residente e domiciliado à Rua Jose Maria Botelho nº 207, Bairro Santo Monica em Belo Horizonte/MG CEP: 31.525-100; que integraliza neste ato a quantia de



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282, foi deferido e arquivado sob o nº 5288540 em 11/06/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C151001390689 e o código de segurança KOYL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

(08/07/2015)

R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos) reais equivalentes a 40.800 (quarenta mil e oitocentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum) real cada uma.

000197

Neste mesmo ato admite-se o sócio **RENAN CORRÊA NEVES DE FREITAS**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 15/02/1977, portador da carteira de identidade MG - 10.095-053 expedida pela SSP/MG e do CPF: 038.727.286-01, residente e domiciliado à Rua Marquês de Barbacena nº 333 Bairro Saudade em Belo Horizonte/MG CEP: 30.285-060; que neste ato integraliza a quantia de R\$ 36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos) reais equivalente a 36.900 (trinta e seis mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum) real cada uma.

ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social que era no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) dividido em 5.000,00 cotas no valor nominal R\$1,00 (um real), integralizadas, neste ato fica alterado para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil) reais, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum) real cada uma, totalmente integralizadas neste ato em moeda corrente do país pelos sócios na seguinte proporção:

Nome	Quotas	Porcentagem %	Valor R\$
Bernardo de Miranda Lopes	39.600	33 %	R\$ 39.600,00
Renan Correa Neves de Freitas	39.600	33 %	R\$ 39.600,00
Paulo Roberto de Miranda	40.800	34 %	R\$ 40.800,00
Total	120.000	100 %	R\$ 120.000,00

ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

A partir desta alteração o objeto social da empresa passa a ser prestação de serviços de vigilância ostensiva armada e desarmada, segurança patrimonial em eventos, estabelecimentos de crédito, financeiros, industriais, comerciais, residenciais, conforme preceitua o art. 30 do decreto 89.056/83, alterado pelo decreto 1.592 de 10 de agosto de 1995, que regulamenta a Lei 7.102 de 20 de julho de 1983 e alterações posteriores e monitoramento de sistemas de alarmes eletrônicos.

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL

A partir desta alteração a sociedade para a girar sobre denominação social de: **"AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA"**.

ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

A sociedade que tem sede e domicílio na Rua Raul Pompéia, Nº77, Sala: 402 São Pedro, município Belo Horizonte - MG, CEP: 30.330.080, a partir desta alteração passa sua sede e domicílio para a Avenida Amazonas nº 3393 Bairro Barroca na cidade de Belo Horizonte/MG CEP: 30431-061.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282, foi deferido e arquivado sob o nº 5288540 em 11/06/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C151001390689 e o código de segurança KOYL. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

000197

ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A partir desta data a administração da sociedade caberá a todos os sócios, que assinarão os documentos da empresa em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DO SOCIO

O sócio **BERNARDO DE MIRANDA LOPES**, que tinha domicílio e residência a Rua Professor Anibal Mattos, nº 442, APT1202, bairro / distrito Santo Antonio, município Belo Horizonte – Minas Gerais, CEP 30.350-220. A partir desta alteração sua residência e domicílio passa à Rua Felipe Drumond nº 81 apto 13 bloco A, bairro Luxemburgo, município de Belo Horizonte- Minas Gerais, CEP: 30.380-310.

DA CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o Contrato Social com a seguinte redação:

Sócios:

BERNARDO DE MIRANDA LOPES, brasileiro, administrador, casado, regime de bens comunhão parcial, nº do CPF: 040.610.606-19, documento de identidade MG-6.095.724, SSP, MG, com domicílio e residência à Rua Felipe Drumond, 81 apto 13 bloco A, bairro Luxemburgo, município Belo Horizonte – Minas Gerais, CEP 30.380-310;

PAULO ROBERTO DE MIRANDA, brasileiro, solteiro, nascido em 26/02/1969, empresário, portador da carteira de identidade M – 4.069.957 expedida pela SSP/MG e do CPF: 666.691.706-53, residente e domiciliado à Rua Jose Maria Botelho nº 207, Bairro Santo Monica em Belo Horizonte/MG CEP: 31.525-100;

RENAN CORRÊA NEVES DE FREITAS, brasileiro, solteiro, nascido em 15/02/1977, empresário, portador da carteira de identidade MG – 10.095-053 expedida pela SSP/MG e do CPF: 038.727.286-01, residente e domiciliado à Rua Marquês de Barbacena nº 333 Bairro Saudade em Belo Horizonte/MG CEP: 30.285-060;

CLAUSULA PRIMEIRA NOME EMPRESARIAL E SEDE

A partir desta alteração a sociedade adotará o nome empresarial "**AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA**", e sua sede e domicílio passa para a Avenida Amazonas nº 3393 Bairro Barroca na cidade de Belo Horizonte/MG CEP: 30431-061.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282, foi deferido e arquivado sob o nº 5288540 em 11/06/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C151001390689 e o código de segurança KOYL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

5
7

CLAUSULA SEGUNDA
OBJETO SOCIAL

O objetivo social será prestação de serviços de vigilância ostensiva armada e desarmada, segurança patrimonial em eventos, estabelecimentos de crédito, financeiros, industriais, comerciais, residenciais, conforme preceitua o art. 30 do decreto 89.056/83, alterado pelo decreto 1.592 de 10 de agosto de 1995, que regulamenta a Lei 7.102 de 20 de julho de 1983 e alterações posteriores e monitoramento de sistemas de alarmes eletrônicos. 00198

CLAUSULA TERCEIRA
PRAZO DE DURAÇÃO

A Sociedade iniciou suas atividades em 16/06/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA QUARTA
CAPITAL SOCIAL

Neste ato o capital social fica alterado para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil) reais, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum) real cada uma, totalmente integralizadas neste ato em moeda corrente do país pelos sócios na seguinte proporção:

Nome	Quotas	Porcentagem %	Valor R\$
Bernardo de Miranda Lopes	39.600	33 %	R\$ 39.600,00
Renan Correa Neves de Freitas	39.600	33 %	R\$ 39.600,00
Paulo Roberto de Miranda	40.800	34 %	R\$ 40.800,00
Total	120.000	100 %	R\$ 120.000,00

CLAUSULA QUINTA
ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade caberá a todos os sócios, que assinarão os documentos da empresa em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

CLAUSULA SEXTA
DA RETIRADA PRO-LABORE

Os sócios não farão retiradas mensais a título de pró-labore optando pela distribuição de lucro.

f



$$\frac{6}{7}$$

CLAUSULA OITAVA

CLAUSULA NONA

CLAUSULA DECIMA



CLAUSULA DECIMA TERCEIRA
DOS IMPEDIMENTOS

000199

Os sócios, inclusive os administradores, declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em qualquer penalidade de lei que os impeça de exercer a atividade mercantil.

CLAUSULA DECIMA QUARTA
DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre os sócios quotistas. Na impossibilidade de composição amigável, serão submetidos à apreciação judicial, ficando eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/ MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados assinam ao presente instrumento.

Belo Horizonte, 01 de junho de 2014,

Caroline martins de Araujo
CAROLINE MARTINS DE ARAUJO


BERNARDO DE MIRANDA LOPES

Paulo Roberto de Miranda
PAULO ROBERTO DE MIRANDA


RENAN CORRÊA NEVES DE FREITAS



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 6288540
EM 11/06/2014
LANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

#AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA#

PROTOCOL: 14/388.090-0

AH1288808

MAHONELY DE PAULAS ROMAN
SECRETARIA CEZAR

JUCENG



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282, foi deferido e arquivado sob o nº 5288540 em 11/06/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C151001390689 e o código de segurança KOYL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



JUCEMG - UD56

UD56 - MF CONTAGEM

15/478.279-3

000200

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31209208282

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J153566454500

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002	-	-	ALTERACAO

2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

BELO HORIZONTE
Local

Nome: RENAN CARLOS RAIMUNDO
Assinatura: Renan Carlos Raimundo
Telefone de Contato: 031- 9783-2P 36

19 Agosto 2015
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



16/09/15 Antônio Carlos Raimundo
Data UD56 - MF Contagem
Responsável Matrícula: 22543

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5582625
EM 16/09/2015
#AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME

PROTOCOLO: 15/478.279-3

AH1512301

Antônio Carlos Raimundo
UD56 - MF Contagem
Matrícula: 22543

JUCEMG



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5582625 em 16/09/2015 da Empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282 e protocolo 154782793 - 11/09/2015. Autenticação: A770111A629C508B6F64E08483F240C1A2CBB9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/478.279-3 e o código de segurança Vjba Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

8

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA
AGE – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME
CNPJ: 14.091715/0001-01

BERNARDO DE MIRANDA LOPES, nacionalidade brasileira, administrador, casado, regime de bens comunhão parcial, nº do CPF: 040.610.606-19, documento de identidade MG-6.095.724, SSP, MG, com domicílio e residência a Rua Felipe Drumond nº 81 apto 13 bloco A, bairro Luxemburgo, município de Belo horizonte- Minas Gerais, CEP: 30.380-310.

PAULO ROBERTO DE MIRANDA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 26/02/1969, portador da carteira de identidade M – 4.069.957 expedida pela SSP/MG e do CPF: 666.691.706-53, residente e domiciliado à Rua Jose Maria Botelho nº 207, Bairro Santo Monica em Belo Horizonte/MG CEP: 31.525-100 e

RENAN CORRÊA NEVES DE FREITAS, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 15/02/1977, portador da carteira de identidade MG – 10.095-053 expedida pela SSP/MG e do CPF: 038.727.286-01, residente e domiciliado à Rua Marquês de Barbacena nº 333 Bairro Saudade em Belo Horizonte/MG CEP: 30.285-060 Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada denominada **AGE – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA – ME**, com sede e domicílio na Avenida Amazonas nº 3393 Bairro Barroca na cidade de Belo Horizonte/MG CEP: 30431-061, devidamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ: 14.091.715/0001-01, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 08/08/2011 sob o NIRE: 3120920828-2, resolvem em comum acordo alterar o documento de constituição na melhor forma possível e o faz mediante as seguintes cláusulas:

DAS ALTERAÇÕES - I - SAIDA DE SOCIO, E CESSÃO DE QUOTAS

Neste ato o sócio **BERNADO DE MIRANDA LOPES**, detentor de 39.600 (trinta e nove mil e seiscentas) quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada uma totalmente subscritas e integralizadas; retira-se neste ato da sociedade, cedendo e transferindo neste ato a totalidades todas as suas quotas os sócios remanescentes da seguinte forma: **PAULO ROBERTO DE MIRANDA**, já qualificado, 19.200 (dezenove mil e duzentas) quotas no valor nominal de R\$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais) e ao **RENAN CORRÊA NEVES DE FREITAS**, já qualificado 20.400 (vinte mil e quatrocentas) quotas no valor nominal de R\$20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais). O sócio retirante da aos sócios remanescente e a sociedade, plena, geral e irrevogável quitação.

Parágrafo único: Face as alterações promovidas fica assim distribuído o capital social:

Nome	Quotas	Porcentagem %	Valor R\$
Renan Correa Neves de Freitas	60.000	50 %	R\$ 60.000,00
Paulo Roberto de Miranda	60.000	50%	R\$ 60.000,00
Total	120.000	100 %	R\$ 120.000,00

1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5582625 em 16/09/2015 da Empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282 e protocolo 154782793 - 11/09/2015. Autenticação: A770111A629C508B6F64E08483F240C1A2CBB9, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/478.279-3 e o código de segurança Vjba Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

10/09/2015

DA CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o Contrato Social com a seguinte redação:

Sócios:

PAULO ROBERTO DE MIRANDA, brasileiro, solteiro, nascido em 26/02/1969, empresário, portador da carteira de identidade M – 4.069.957 expedida pela SSP/MG e do CPF: 666.691.706-53, residente e domiciliado à Rua Jose Maria Botelho nº 207, Bairro Santo Monica em Belo Horizonte/MG CEP: 31.525-100;

RENAN CORRÊA NEVES DE FREITAS, brasileiro, solteiro, nascido em 15/02/1977, empresário, portador da carteira de identidade MG – 10.095-053 expedida pela SSP/MG e do CPF: 038.727.286-01, residente e domiciliado à Rua Marquês de Barbacena nº 333 Bairro Saudade em Belo Horizonte/MG CEP: 30.285-060;

CLAUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL E SEDE

A sociedade é empresária sob o tipo da limitada e gira sob o nome empresarial "AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME", e sua sede e domicílio a Avenida Amazonas nº 3.393 Bairro Barroca na cidade de Belo Horizonte/MG CEP: 30431-061.

CLAUSULA SEGUNDA - OBJETO SOCIAL

O objetivo social será prestação de serviços de vigilância ostensiva armada e desarmada, segurança patrimonial em eventos, estabelecimentos de crédito, financeiros, industriais, comerciais, residenciais, conforme preceitua o art. 30 do decreto 89.056/83, alterado pelo decreto 1.592 de 10 de agosto de 1995, que regulamenta a Lei 7.102 de 20 de julho de 1983 e alterações posteriores e monitoramento de sistemas de alarmes eletrônicos.

CLAUSULA TERCEIRA - PRAZO DE DURAÇÃO

A Sociedade iniciou suas atividades em 16/06/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil) reais, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum) real cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país pelos sócios na seguinte proporção:

Nome	Quotas	Porcentagem %	Valor R\$
Renan Correa Neves de Freitas	60.000	50 %	R\$ 60.000,00
Paulo Roberto de Miranda	60.000	50%	R\$ 60.000,00
Total	120.000	100 %	R\$ 120.000,00



CLAUSULA QUINTA - ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade caberá a todos os sócios, que assinarão os documentos da empresa em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

CLAUSULA SEXTA - DA RETIRADA PRO-LABORE

Os sócios não farão retiradas mensais a título de pró-labore optando pela distribuição de lucro.

CLAUSULA SETIMA - DAS FILIAIS

A sociedade não possui filiais, agências ou sucursais, podendo, contudo, constitui-las em qualquer época e em qualquer parte do território nacional, mediante a respectiva alteração contratual.

CLAUSULA OITAVA - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O exercício social coincide com o ano civil, cujo termino dar-se-á todo dia 31 de dezembro de cada ano quando os administradores prestarão contas justificativa de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas.

CLAUSULA NONA - DA REUNIÃO E DA APROVAÇÃO DE CONTAS

No prazo Maximo de quatro meses seguintes ao termino do exercício social na cláusula anterior será realizada reunião da qual participação os sócios oportunidade em que deliberarão sobre assuntos de interesse da sociedade na forma da lei, especialmente sobre as contas prestadas.

CLAUSULA DECIMA - DA RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas ambos respondem solidariamente pela integração do capital social.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas sociais são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se posta á venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DA SUCESSÃO

A sociedade não se dissolverá no caso de falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios continuando as atividades com os herdeiros ou sucessores, mediante concordância expressa do sócio remanescente.



Parágrafo único: não sendo possível a admissão dos herdeiros ou sucessores, seja pela inexistência ou desinteresse destes ou pela falta de concordância dos sócios remanescente, o valor dos seus haveres será apurados e liquidados através de balanço patrimonial e pago em 12(doze)parcelas iguais, mensais e sucessivas.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DOS IMPEDIMENTOS

Os sócios, inclusive os administradores, declaram, sob as penas da lei, que não estão incursos em qualquer penalidade de lei que os impeça de exercer a atividade mercantil.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos amigamente entre os sócios quotistas. Na impossibilidade de composição amigável, serão submetidos à apreciação judicial, ficando eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/ MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados assinam ao presente instrumento.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2015,

2º OFÍCIO

BERNARDO DE MIRANDA LOPES

2º OFÍCIO

PAULO ROBERTO DE MIRANDA

2º OFÍCIO

RENAN CORRÊA NEVES DE FREITAS



2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / 4G
TABELÃO - JOÃO CARLOS JUNES JUNIOR
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4608 - E-mail: cartorio@cartoriosaqueiros.org.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
Bernardo de Miranda Lopes, Paulo Roberto de
Miranda, Renan Correa Neves de Freitas
Belo Horizonte, 18/08/2015 15:41:12 kenya

Emo. R\$12.00 T.F.J: R\$3.75 Total: R\$15.81



Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA
BUY 36902

RECONHECIMENTO DE FIRMA
BUY 36903

RECONHECIMENTO DE FIRMA
BUY 36904



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5582625 em 16/09/2015 da Empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282 e protocolo 154782793 - 11/09/2015. Autenticação: A770111A629C508B6F64E08483F240C1A2CBB9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/478.279-3 e o código de segurança Vjba Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

10/09/2015



Expediente: 10157

Protocolo: 08350.023634/2015-67

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA - DELESP
 Rua Francisco Deslandes, 900 Anchieta - Belo Horizonte/MG, CEP 30310-530, Tel.:(31)2517-9910,
 Email.:delesp.srmg@dpf.gov.br

Autorização
64/2015 - DELESP/DPF/MG

AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS
SAÍDA DE SÓCIO

O Chefe da Delegacia de Controle de Segurança Privada da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no estado de Minas Gerais - **DELESP/SR/DPF/MG**, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 144 da portaria nº 3.233/12-DG/DPF, conforme decisão prolatada nos autos do expediente n.º 08350.023634/2015-67 (10157-DELESP), RESOLVE:

Conceder autorização para alteração de atos constitutivos da empresa **AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA**, CNPJ 14.091.715/0001-01, situada na AV. AMAZONAS, 3393, bairro Barroca - Belo Horizonte/MG, autorizada a funcionar nesta unidade da federação consoante alvará de revisão de funcionamento nº 4261 de 14 de Novembro de 2014, com a realização de sua 2ª Alteração Contratual, através da qual o sócio **BERNARDO DE MIRANDA LOPES** se retira da sociedade, permanecendo os sócios **PAULO ROBERTO DE MIRANDA** e **RENAN CORREA NEVES DE FREITAS**, com participação de 50% do capital social, cada.

Belo Horizonte, 08 de Setembro de 2015.

CRISTIANO COSTA SILVA
 DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL
 CHEFE DA DELESP/SR/DPF/MG

OBS: A empresa deverá registrar na Junta Comercial o novo ato constitutivo aprovado, alterando apenas o conteúdo desta autorização encaminhando à esta DELESP/SR/DPF/MG cópia da alteração devidamente registrada no prazo de 10 dias após o registro. Deve a empresa cumprir o disposto no artigo 145 § 1º da portaria 3.233/2012, procedendo, ainda, a atualização de seu cadastro no GESP, com a digitalização de cópia da alteração registrada, em campo próprio.

CARTÓRIO NOGUEIRA	AVENIDA JOÃO CESAR DE OLIVEIRA, Nº 1548 - CEP 32310-070 - EL CORRALDO CONTAGEM - MG - TEL.: 31 3399-1400 - contato@cartoriomineiro.com.br www.cartoriomineiro.com.br
AUTENTICAÇÃO	
Conferida e atada conforme o original que se foi exibido, do que dou fé.	
Contagem, 14/09/2015	
Marlene Alves dos Santos Silva - Escrevente	
Emol.: R\$4,02 T.F.J.: R\$1,25 Total: R\$5,27	



http://10.31.4.8/php/sisdelesp/salvar_imprimir_certificado.php

08/09/2015



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5582625 em 16/09/2015 da Empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282 e protocolo 154782793 - 11/09/2015. Autenticação: A770111A629C508B6F64E08483F240C1A2CBB9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/478.279-3 e o código de segurança Vjba Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/610.242-3	J163029613538	14/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
666.691.706-53	PAULO ROBERTO DE MIRANDA



3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA
AGE – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME
CNPJ: 14.091.715/0001-01

PAULO ROBERTO DE MIRANDA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 26/02/1969, portador da carteira de identidade M – 4.069.957 expedida pela SSP/MG e do CPF: 666.691.706-53, residente e domiciliado à Rua Jose Maria Botelho nº 207, Bairro Santo Monica em Belo Horizonte/MG CEP: 31.525-100 e

RENAN CORRÊA NEVES DE FREITAS, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 15/02/1977, portador da carteira de identidade MG – 10.095-053 expedida pela SSP/MG e do CPF: 038.727.286-01, residente e domiciliado à Rua Marquês de Barbacena nº 333 Bairro Saudade em Belo Horizonte/MG CEP: 30.285-060 Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada denominada **AGE – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA – ME**, com sede e domicilio na Avenida Amazonas nº 3393 Bairro Barroca na cidade de Belo Horizonte/MG CEP: 30431-061, devidamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ: 14.091.715/0001-01, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 08/08/2011 sob o NIRE: 3120920828-2 e o faz mediante as seguintes cláusulas:

DAS ALTERAÇÕES

I - SAIDA DE SOCIO, E CESSÃO DE QUOTAS

Neste ato o sócio **RENAN CORRÊA NEVES DE FREITAS**, já qualificado, detentor de 60.000 (sessenta mil) quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada uma totalmente subscritas e integralizadas; retira-se neste ato da sociedade, cedendo e transferindo neste ato a totalidades todas as suas quotas ao sócio remanescente **PAULO ROBERTO DE MIRANDA**, já qualificado, no valor nominal de R\$60.000,00 (sessenta mil reais). O sócio retirante dá ao sócio remanescente e a sociedade, plena, geral e irrevogável quitação.

Parágrafo único: Face as alterações promovidas fica assim distribuído o capital social:

Nome	Quotas	Porcentagem %	Valor R\$
Paulo Roberto de Miranda	120.000	100%	R\$ 120.000,00
Total	120.000	100 %	R\$ 120.000,00

II – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade caberá ao sócio **PAULO ROBERTO DE MIRANDA**, que assinará os documentos da empresa isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em



favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade

III - DA CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o Contrato Social com a seguinte redação:

Sócios:

PAULO ROBERTO DE MIRANDA, brasileiro, solteiro, nascido em 26/02/1969, empresário, portador da carteira de identidade M – 4.069.957 expedida pela SSP/MG e do CPF: 666.691.706-53, residente e domiciliado à Rua Jose Maria Botelho nº 207, Bairro Santo Monica em Belo Horizonte/MG CEP: 31.525-100;

CLAUSULA PRIMEIRA **NOME EMPRESARIAL E SEDE**

A sociedade é empresária sob o tipo da limitada e gira sob o nome empresarial "**AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME**", e sua sede e domicílio a Avenida Amazonas nº 3393 Bairro Barroca na cidade de Belo Horizonte/MG CEP: 30431-061.

CLAUSULA SEGUNDA **OBJETO SOCIAL**

O objetivo social será prestação de serviços de vigilância ostensiva armada e desarmada, segurança patrimonial em eventos, estabelecimentos de crédito, financeiros, industriais, comerciais, residenciais, conforme preceitua o art. 30 do decreto 89.056/83, alterado pelo decreto 1.592 de 10 de agosto de 1995, que regulamenta a Lei 7.102 de 20 de julho de 1983 e alterações posteriores e monitoramento de sistemas de alarmes eletrônicos.

CLAUSULA TERCEIRA **PRAZO DE DURAÇÃO**

A Sociedade iniciou suas atividades em 16/06/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA QUARTA **CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil) reais, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum) real cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país pelos sócios na seguinte proporção:

Nome	Quotas	Porcentagem %	Valor R\$
Paulo Roberto de Miranda	120.000	100%	R\$ 120.000,00
Total	120.000	100 %	R\$ 120.000,00

Parágrafo único: O sócio **PAULO ROBERTO DE MIRANDA**, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura da presente alteração, admitirá novo sócio para compor o quadro social.



CLAUSULA QUINTA
ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade caberá ao sócio **PAULO ROBERTO DE MIRANDA**, que assinará os documentos da empresa isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

CLAUSULA SEXTA
DA RETIRADA PRO-LABORE

Os sócios não farão retiradas mensais a título de pró-labore optando pela distribuição de lucro.

CLAUSULA SETIMA
DAS FILIAIS

A sociedade não possui filiais, agências ou sucursais, podendo, contudo, constituir-las em qualquer época e em qualquer parte do território nacional, mediante a respectiva alteração contratual.

CLAUSULA OITAVA
DO EXERCICIO SOCIAL E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O exercício social coincide com o ano civil, cujo termino dar-se-á todo dia 31 de dezembro de cada ano quando os administradores prestarão contas justificativa de sua administração, procedendo a elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas.

CLAUSULA NONA
DA REUNIÃO E DA APROVAÇÃO DE CONTAS

No prazo Maximo de quatro meses seguintes ao termino do exercício social na cláusula anterior será realizada reunião da qual participação os sócios oportunidade em que deliberarão sobre assuntos de interesse da sociedade na forma da lei, especialmente sobre as contas prestadas.

CLAUSULA DECIMA
DA RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas ambos respondem solidariamente pela integração do capital social.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA
DA CESSÃO DE QUOTAS



As quotas sociais são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA **DA SUCESSÃO**

A sociedade não se dissolverá no caso de falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios continuando as atividades com os herdeiros ou sucessores, mediante concordância expressa do sócio remanescente.

Parágrafo único: não sendo possível a admissão dos herdeiros ou sucessores, seja pela inexistência ou desinteresse destes ou pela falta de concordância dos sócios remanescente, o valor dos seus haveres será apurados e liquidados através de balanço patrimonial e pago em 12(doze)parcelas iguais, mensais e sucessivas.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA **DOS IMPEDIMENTOS**

Os sócios, inclusive os administradores, declaram, sob as penas da lei, que não estão incursos em qualquer penalidade de lei que os impeça de exercer a atividade mercantil.

CLAUSULA DECIMA QUARTA **DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos amigamente entre os sócios quotistas. Na impossibilidade de composição amigável, serão submetidos à apreciação judicial, ficando eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/ MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados assinam ao presente instrumento.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2016,

PAULO ROBERTO DE MIRANDA

RENAN CORRÊA NEVES DE FREITAS





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

000206

Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/610.242-3	J163029613538	14/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
666.691.706-53	PAULO ROBERTO DE MIRANDA
038.727.286-01	RENAN CORREA NEVES DE FREITAS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA - DELESP/DREX/SR/PF/MG

**AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS -
SAÍDA DE SÓCIO**

O Chefe da Delegacia de Controle de Segurança Privada da Superintendência Regional da Polícia Federal no estado de Minas Gerais - DELESP/SR/PF/MG, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 144 da portaria nº 3.233/12-DG/PF, conforme decisão prolatada nos autos do expediente nº. 08350.301556/2016-28, RESOLVE:

Conceder autorização para alteração de atos constitutivos da empresa AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ 14.091.715/0001-01, situada na avenida Amazonas, nº. 3.393 - Barroca - Belo Horizonte/MG, autorizada a funcionar nesta Unidade da Federação consoante alvará de revisão de funcionamento nº. 4565 válido até 26 de novembro de 2016, para promover a saída do sócio Renan Correa Neves de Freitas CPF: 038.727.286-01 promovendo a 3ª Alteração Contratual na JUCEMG.

Obs: A empresa deverá registrar na Junta Comercial o novo ato constitutivo aprovado, alterando tão somente o conteúdo nesta autorização encaminhando à esta DELESP/SR/PF/MG cópia da 3ª alteração devidamente registrada no prazo de 10 dias, após o registro. Deve a empresa cumprir o disposto no artigo 145 § 1º da portaria 3.233/12, procedendo, ainda, a atualização de seu cadastro no GESP e observar ao prazo de 180 dias para recompor a pluralidade societária ou transformação da empresa em Eireli.



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE LEAO BATISTA SILVA, Delegado(a) de Polícia Federal, em 25/10/2016, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0537403 e o código CRC E550C4EA.

Referência: Processo nº 08350.301556/2016-28

SEI nº 0537403





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

000207

Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/610.242-3	J163029613538	14/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
666.691.706-53	PAULO ROBERTO DE MIRANDA
038.727.286-01	RENAN CORREA NEVES DE FREITAS





Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, de nire 3120920828-2 e protocolado sob o número 16/610.242-3 em 17/10/2016, encontra-se registrado na Jucemg sob o número 6079577, em 28/10/2016. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Kelly Cristina Costa Prates.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
666.691.706-53	PAULO ROBERTO DE MIRANDA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
666.691.706-53	PAULO ROBERTO DE MIRANDA
038.727.286-01	RENAN CORREA NEVES DE FREITAS

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
666.691.706-53	PAULO ROBERTO DE MIRANDA
038.727.286-01	RENAN CORREA NEVES DE FREITAS

Belo Horizonte. Sexta-feira, 28 de Outubro de 2016

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6079577 em 28/10/2016 da Empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282 e protocolo 166102423 - 17/10/2016. Autenticação: C98C7D48D1766E3E691BD394E2A3BFFC1EDCE. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/610.242-3 e o código de segurança 9e9x Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

10/10/2016



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

000208

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
074.459.846-07	KELLY CRISTINA COSTA PRATES
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Sexta-feira, 28 de Outubro de 2016

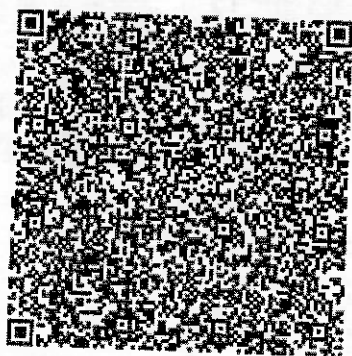


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6079577 em 28/10/2016 da Empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282 e protocolo 166102423 - 17/10/2016. Autenticação: C98C7D48D1766E3E691BD394E2A3BFFC1EDCE. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/610.242-3 e o código de segurança 9e9x Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

000208

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTÉRIO DA INTERIOREIRA		DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFEGO		CARTER NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
NOME		PAULO ROBERTO DE MIRANDA					
DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF		M4069957		SSP		MG	
CPF		666.691.706-53		DATA NASCIMENTO		26/02/1969	
FILIAÇÃO		ANTONIO SILVIO DE MIRANDA MARIA CARLOTA DE MIRANDA					
FERNÃO		ACC		CATEG.			
1º HABILITAÇÃO		22/07/2026		30/09/1989			
Nº REGISTRO		00571751610					
OBSERVAÇÃO							
A 1							
Assinatura do Portador							
LOCAL		BELO HORIZONTE, MG				DATA EMISSÃO	
						05/07/2021	
Assinatura do Emissor		Eurico da Cunha Neto Diretor DETRAN/MG				48313523698 MG597195234	
MINAS GERAIS							





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICADO DE REGISTRO SOB O Nº: 3120920828-2
EM 08/08/2011
#BECAM - CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA#

PROTOCOLO: 11/561.898-8

RE0364129

JUCEMG



JUCEMG - UD68
UD68 - MF BELO HORIZONTE



11/561.898-8

000210

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **BECAM - CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

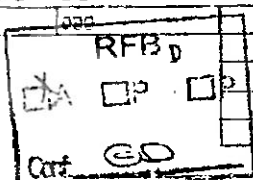
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J112091790274

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
000				CONTRATO



Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

BELO HORIZONTE
Local

Nome: **BERNARDO DE MIRANDA LOPES**

Assinatura:

Telefone de Contato: **(31) 9721-7065 - 32621661****28 Junho 2011**

Data

2. USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM☐ NÃO

Processo em Ordem
A decisão

Data

Responsável

☐ NÃO☐ NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)☒ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.☐ Processo indefido. Publique-se

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐☐**08.08.2011**

Data

Responsável

Carlos Campos Carneiro
Analista de Registro e Reg. Empresarial
JUCEMG/ MASP: 123838/6

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.☐ Processo indefido. Publique-se

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐☐☐☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turno

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282, foi deferido e arquivado sob o nº 31209208282 em 08/08/2011. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C151001390689 e o código de segurança KOYL. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

1002-120 km

Recebi
em 08/08/2011

2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG
TABELIA - MÔNICA DE QUEIROZ ALVES
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4600 - E-mail: cartorio@esporojus.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
Bernardo de Miranda Lopes *****

Belo Horizonte, 28/06/2011 16:05:43 Debora

EMQL: 513.04 2011.06.28 18 T.F.J: R\$1.01 Total: R\$4.23

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
AZQ 96698



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282, foi deferido e arquivado sob o nº 31209208282 em 08/08/2011. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C151001390689 e o código de segurança KOYL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

08/08/2011

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE BECAM - CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA

000211

29/4

1. CAROLINE MARTINS DE ARAUJO, nacionalidade BRASILEIRA, FONOAUDIOLOGA, Casada, regime de bens Comunhao Parcial, nº do CPF 057.930.496-57, documento de identidade MG-11.929.723, SSP, MG, com domicilio e residência a RUA PROFESSOR ANIBAL MATTOS, número 442, APT: 1202, bairro/distrito SANTO ANTONIO, município BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS, CEP 30.350-220 e

2. BERNARDO DE MIRANDA LOPES, nacionalidade BRASILEIRA, CORRETOR DE SEGUROS DOS RAMOS DE VIDA, CAPITALIZAÇÃO E PLANOS PREVIDENCIÁRIOS SUSEP 20.064401-3, Casado, regime de bens Comunhao Parcial, nº do CPF 040.610.606-19, documento de identidade MG-6.095.724, SSP, MG, com domicilio e residência a RUA PROFESSOR ANIBAL MATTOS, número 442, APT: 1202, bairro/distrito SANTO ANTONIO, município BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS, CEP 30.350-220.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de BECAM - CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA e terá sede e domicilio na RUA RAUL POMPEIA, número 77, SALA: 402, bairro/distrito SAO PEDRO, município BELO HORIZONTE - MG, CEP 30.330-080.

Cláusula Segunda - O objeto social será ATIVIDADE DE CORRETAGEM DE SEGUROS DOS RAMOS DE VIDA, CAPITALIZACAO E PLANOS PREVIDENCIARIOS E CONSULTORIA NAS AREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA..

Cláusula Terceira - A sociedade iniciará suas atividades em 16/06/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quarta - O capital social será R\$ 5.000,00 (CINCO MIL reais) dividido em 5.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do Pais, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
CAROLINE MARTINS DE ARAUJO	100	100,00
BERNARDO DE MIRANDA LOPES	4.900	4.900,00
TOTAL	5.000	5.000,00

Cláusula Quinta - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio BERNARDO DE MIRANDA LOPES, Corretor de Seguros de Vida, Capitalização e Planos Previdenciários inscrito na SUSEP sob o nº. 20.064401-3, cabendo-lhe a administração técnica e também o uso da denominação social. # Único: excetuando-se os atos técnico-administrativos, relativos à Corretagem de Seguros, que na forma de legislação vigente cabem somente ao sócio-administrador, Corretor de Seguros de Vida, Capitalização e Planos Previdenciários, habilitado e registrado na SUSEP, todos os demais atos que importem em responsabilidade financeira, ônus ou gravames para a sociedade, poderão ser assinados apenas pelo sócio BERNARDO DE MIRANDA LOPES, ficando expressamente vedado o uso da sociedade em negócios estranhos aos interesses sociais.

Cláusula Sexta - DOS PROCURADORES - Os procuradores para tratar de assuntos relativos à corretagem de seguros deverão ser, obrigatoriamente, Corretores de Seguros de Vida, Capitalização e Planos Previdenciários, habilitados e registrados na SUSEP.

ÚNICO - a Sociedade obriga-se a manter durante toda a sua vigência, na administração, direção, ou gerência técnica, somente sócios-administradores Corretores de Seguros de Vida, Capitalização e Planos Previdenciários, habilitados e registrados na SUSEP.

Cláusula Sétima - DA RETIRADA PRO-LABORE

Os sócios que prestarem serviços à sociedade terão retiradas mensais a título de pró-labore,

MÓDULO INTEGRADOR: J112091790274



MG81346938

1 / 3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282, foi deferido e arquivado sob o nº 31209208282 em 08/08/2011. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C151001390689 e o código de segurança KOYL. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

000211

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE BECAM - CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA

observadas as disposições legais pertinentes, inclusive os limites estabelecidos pela legislação do imposto de renda.

3/4

Cláusula Oitava - DAS FILIAIS

A Sociedade não possui filiais, agências ou sucursais, podendo, contudo, constitui-las em qualquer época e em qualquer parte do território nacional, mediante a respectiva alteração contratual e observadas as normas da SUSEP.

Cláusula Nona - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O exercício social coincide com o ano civil, cujo término dar-se-á todo dia 31 de dezembro de cada ano, quando os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - DA REUNIÃO E DA APROVAÇÃO DE CONTAS

No prazo máximo de quatro meses seguintes ao término do exercício social previsto na cláusula anterior, será realizada reunião da qual participarão os sócios, oportunidade em que deliberarão sobre assuntos de interesse da sociedade, na forma da lei, especialmente sobre as contas prestadas.

Cláusula Décima Primeira - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas ambos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Décima Segunda - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas sociais são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Décima Terceira - DA SUCESSÃO

A sociedade não se dissolverá no caso de falecimento ou de interdição de qualquer um dos sócios, continuando as atividades com os herdeiros ou sucessores, mediante concordância expressa do sócio remanescente.

Parágrafo Único: não sendo possível a admissão dos herdeiros ou sucessores, seja pela inexistência ou desinteresse destes ou pela falta de concordância do sócio remanescente, o valor dos seus haveres será apurado e liquidado através de balanço patrimonial e pago em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas.

Cláusula Décima Quarta - DOS IMPEDIMENTOS

Os sócios, inclusive administradores, declaram, sob as penas da lei, que não estão incursos em

MÓDULO INTEGRADOR: J112091790274

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BECAM

MG81346938

2 / 3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico que este documento da empresa AGE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, Nire 31209208282, foi deferido e arquivado sob o nº 31209208282 em 08/08/2011. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C151001390689 e o código de segurança KOYL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

002-100-1000

0002⁴/₄2

EM BRANCO

Re: Impugnação edital - Nova Lima (iluminação natalina)

000213

De : Pregão Eletronico
<pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br>

qua., 19 de out. de 2022 11:42

 1 anexo

Assunto : Re: Impugnação edital - Nova Lima (iluminação natalina)

Para : financeiro AgeGroup
<financeiro@agegroup.com.br>

Cc : Paulo AgeGroup <paulo@agegroup.com.br>,
Renan AgeGroup
<renan.correa@agegroup.com.br>

Bom dia prezados.

Segue em anexo a resposta ao pedido de impugnação.
A mesma também foi disponibilizada no nosso Portal da Transparência e na Plataforma Licitações-e.

Atenciosamente,

De: "financeiro AgeGroup" <financeiro@agegroup.com.br>

Para: "pregao eletronico" <pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br>, "Paulo AgeGroup" <paulo@agegroup.com.br>, "Renan AgeGroup" <renan.correa@agegroup.com.br>

Enviadas: Segunda-feira, 17 de outubro de 2022 16:18:40

Assunto: Impugnação edital - Nova Lima (iluminação natalina)

Prezados, boa tarde!

Segue em anexo a impugnação ao edital de licitação decorrente do Processo Licitatório nº 414/2022, Pregão Eletrônico nº 91/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no serviço de elaboração, planejamento e execução (montagem, manutenção e desmontagem) - decoração ornamental e iluminação de Natal 2022, para atender demanda da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Nova Lima."

Att,

Cristiana Pereira
Financeiro AGE
Tel: 31-25165888

 **respimg91.pdf**
223 KB

EM BRANCO



NOVA LIMA
prefeitura

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 91/2022

PROCESSO LICITATÓRIO DE Nº. 414/2022

IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA PELA EMPRESA AGE – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME

O Secretário Municipal de Cultura, Sr. Leonardo A. Costa Ribeiro, no exercício de sua competência, por se tratar de uma demanda exclusivamente técnica, responde a impugnação interposta pela empresa **VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME**, com as seguintes razões de fato e de direito:

Requer a impugnante:

É cediço que a administração não consegue diariamente a execução de serviços de seus inúmeros contratados, o que torna real e plausível as duas teses abaixo elencadas:

Tese 01 – A contratada terceirizará o serviço, considerando que o Município não exercerá (ou conseguirá exercer) a fiscalização com o rigor e presença exigidos no edital para que se impossibilite a terceirização, fazendo com que empresas terceirizadas prestem o serviço indiretamente, onerando o valor da contratação, trazendo prejuízo aos cofres públicos.

Tese 02 – As poucas empresas do mercado que disponibilizam todos estes serviços aglutinados em um só se beneficiarão da pouca concorrência trazida pelo edital, que além de específico para alguns itens, aglutina vários outros serviços gerais tornando restrito o numero de empresas que consigam atender integralmente ao contrato com as especificidades e laudos exigidos, limitando a ampla concorrência de mercado.

Ilustre pregoeiro, em ambos os casos e considerando a falta de justificativa apresentada, a conclusão é a de que o edital não atende aos Princípios e normas da licitação, carecendo, portanto de que seja modificando, com a separação dos itens, principalmente, do relacionado à segurança dos locais enfeitados.

Face aos argumentos apresentados faz-se as seguintes considerações:

A opção pelo agrupamento exposto no objeto do termo de referência se faz pela conveniência e economia na gestão, inter-relação entre serviços, gerenciamento e controle na execução dos serviços. O procedimento efetuado por meio de lote único acarretará uma maior racionalização quanto à adoção de um único contrato, evitando que sua gestão e fiscalização demandem elevado número de servidores, fato que, por si só, representaria anti-economicidade, no momento em que haveria necessidade de grande disponibilização do tempo laboral dos referidos servidores, fato que representa maiores gastos para a Administração.

O agrupamento em um único lote visa também buscar a harmonia entre as decorações, uma vez que o fornecimento dos itens por fornecedores distintos poderá gerar um efeito “frankstein” na decoração, em que cada peça pareça solta e sem compatibilidade com as demais. Portanto, é inviável a divisão por itens tendo em vista a necessidade de que todos os itens de decoração sejam fornecidos pela mesma empresa, de forma a possuir o mesmo padrão de acabamento e qualidade, possuindo uma unicidade entre todas as peças.

Ainda, com relação ao agrupamento do serviço de segurança junto à decoração, tal ponto se justifica por uma melhor gestão dos serviços contratados, de forma que a própria empresa que fornecerá a decoração será responsável pela sua guarda e zelo. Sendo assim, caso ocorra a contratação de empresas distintas, vindo a ocorrer algum dano à decoração, poderia ocorrer um jogo de empurra entre os prestadores de serviço, causando prejuízos para a Administração. Já na hipótese de contratação de uma única empresa, caso ocorra algum dano à decoração, não poderá a prestadora de serviço jogar a responsabilidade para a Administração ou terceiros, uma vez que a própria empresa é responsável por sua vigilância.

Cumpre ressaltar que o referido agrupamento não traz qualquer prejuízo à competitividade do certame, uma vez que por se tratar de prestação de serviço acessória, poderá ser subcontratada



pelos participantes do certame, não impedindo a participação de qualquer empresa especializada no objeto principal a ser contratado. Ressalta-se que o objeto do presente certame é "Decoração ornamental e iluminação de Natal 2022", de forma que a participação de empresa somente com expertise em Segurança Patrimonial não é desejável.

Por fim, haverá um ganho na economia de escala, com relação ao fornecimento dos itens de decoração, seja pela quantidade do material contratado bem como com relação ao frete e mão de obra única. Com isso, poderá ocorrer economia no valor final de cada item, refletindo, tal fato, no valor final da contratação.

Diante da justificativa acima, resta devidamente demonstrado que a presente contratação não encontra óbice na Súmula 247 do TCU, a qual prevê que adoção da licitação por item somente é obrigatória quando o objeto seja divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda da economia de escala, senão vejamos:

SUMULA 247 do TCU

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Ainda neste sentido, o TCU editou o Acórdão 5301/2013 - Segunda Câmara, do relator Ministro André Luis, estabelece:



NOVA LIMA
prefeitura

É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Pelas razões expendidas, decido conhecer da impugnação para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nova Lima, 19 de outubro de 2022.


Leonardo A. Costa Ribeiro
Secretário Municipal de Cultura


Henrique Aparecido Pimenta
Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG

Secretário Municipal de Administração

Licitação [n° 966585]

Lista de documentos

	Data de publicação	Nome do arquivo
<input type="radio"/>	07/10/2022 às 08:58:19	EDITAL91.PDF
<input type="radio"/>	07/10/2022 às 08:58:32	RECIBO.PDF
<input type="radio"/>	19/10/2022 às 11:40:10	RESPIMG91.PDF
<input type="radio"/>	19/10/2022 às 11:40:24	IMPUGNACAO.PDF

Mostrando de 1 até 4 de 4 registros



Não sou um robô

reCAPTCHA
Privacidade - Termos

Download

000216

EM BRANCO

EDITAIS, PREGÕES E ERRATAS

[Home](#) / [Editais, Pregões e Erratas](#)

Palavra-chave



Vols



Ano



Categorias



ÚLTIMAS PUBLICAÇÕES

Aviso de Intenção de Compra Palco part 01

Aviso de Intenção de compra Iluminação. PART 2

Aviso de Intenção de compra Torres Delay. PART 3

Aviso de Intenção de compra Ares Serviço PART 4

Aviso de Intenção de compra cenografia. PART 5

Aviso de Intenção de compra animação recreação. PART 6

Aviso de Intenção de compra Pórtico. PART 7

Aviso de Intenção de compra projeto combate incêndio. PART 8

Aviso de Intenção de compra projeto lanche. PART 9

Aviso de Intenção de compra TENDA. PART 10

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91-2022 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ELABORAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO (MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM) - DECORAÇÃO ORNAMENTAL E ILUMINAÇÃO DE NATAL 2022, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNIC

Data de publicação: 07/10/2022

Arquivos:

Título	Data	Link
Edital91.pdf	07/10/2022	Baixar
Recibo.pdf	07/10/2022	Baixar
impugnacao.pdf	19/10/2022	Baixar
respimg91.pdf	19/10/2022	Baixar



Nova Lima Fácil

Ouvidoria


Nova Lima Fácil

Portal da Transparência




Nova Lima Fácil

770.630

Canal Cidadão



Nova Lima Fácil

Secretarias



NOVA LIMA
prefeitura

Prefeitura Municipal de Nova Lima

Praça Bernardino de Lima, 80 - Centro

Funcionamento: de 8h30 às 11h e de 13h às 17h30

Telefone: (31) 3541-4334

Digite o seu e-mail e receba notícia

Cadastre seu celular e faça parte da nos

